



Mandato em

VEREADOR
**TONINHO
VESPOLI** PSOL



Movimento

BOLETIM DO MANDATO DO VEREADOR TONINHO VESPOLI PSOL/SP • JUN/NOV • 2015 | ANO 3 | NÚMERO 6

Plano Municipal de Educação é aprovado sem avanços

Mandato aciona Ministério Público contra reorganização escolar de Alckmin

Pag. 8

Mais assessores na Câmara: Toninho foi o único líder que não assinou o PL.

Pag. 5

Em meio à crise prefeitura diminui ISS para empresas

Pag. 7



Após três anos de tramitação, a Câmara Municipal aprovou, em agosto, o PME, que aponta diretrizes para os próximos dez anos. Ao total 44 vereadores foram favoráveis ao documento e apenas quatro, entre eles Toninho Vespoli, se colocaram contra. O projeto foi sancionado pelo prefeito Haddad e quase não traz avanços para a educação na cidade. Para reverter a situação, Toninho Vespoli apresentou em setembro projetos que recolocam quatro metas e estratégias no PME.

Pag. 8

Bilhete Único do Desempregado: decreto de Haddad copia projeto vetado de Toninho Vespoli



Pag. 3

Operação Urbana Tamandateí gera insegurança a moradores de baixa renda

A Prefeitura publicou em novembro a devolutiva do PL que cria a Operação Urbana Bairros do Tamandateí, para requalificar o Cambuci, Mooca, Ipiranga, V. Carioca e V. Prudente. Os atuais moradores apontam problemas no projeto e temem ser expulsos pela especulação imobiliária.

Pag. 6

Toninho Vespoli apresenta PL para regulamentar aplicativos de transporte individual



Pag. 4

Licitação dos transportes de SP prioriza lucro dos empresários

No dia 15 de outubro a prefeitura divulgou a versão final do edital da licitação do transporte na cidade de São Paulo. O contrato novamente prioriza o lucro dos empresários ao invés do conforto do usuário. Ao longo do processo houve muito pouco diálogo com a população tornando seu resultado questionável.

Pag. 6

2015 foi um ano de resistência ao conservadorismo



Toninho Vespoli participou de manifestações contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos.

O ano de 2015 foi um dos mais difíceis dos últimos tempos para os trabalhadores, os negros, as mulheres, os jovens, a população LGBT e todas as outras minorias políticas e sociais. Tivemos a aprovação na Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha (PMDB), de cortes de direitos trabalhistas, da ampliação da terceirização e até tentativas de retirar direitos das mulheres, como o uso da pílula do dia seguinte.

Cunha, grande defensor dessas pautas, é o expoente da velha política, retrógrada e conservadora. Não bastasse isso, ainda está atolado em denúncias de corrupção por evasão de divisas, em razão de contas secretas na Suíça em seu nome, com valores que ultrapassam 5 milhões de dólares. O PSOL entrou com uma representação na Comissão de Ética da Câmara contra o deputado. Esse processo pode levar à cassação do mandato de Eduardo Cunha, que comprovadamente mentiu ao povo brasileiro e tem de explicar como possui um patrimônio tão grande fora do Brasil.

O governo federal também não ficou atrás quando a discussão é retirada de direitos, e vem fazendo cada vez mais cortes nos orçamentos de setores como saúde e educação, que chegaram a ser condenados pela ONU. As universidades federais passaram por uma longa greve de seus servidores neste segundo semestre contra a precarização e a falta de recursos suficientes para ensino e pesquisa. Até o retorno da CPMF foi proposto para aumentar a arrecadação do governo. Para tentar contornar

a crise econômica, Dilma Rousseff joga a conta para os pobres e a classe média pagarem, enquanto os mais ricos saem ilesos. Propostas como o imposto sobre grandes fortunas passam longe da agenda do governo, sepultando as promessas de campanha de um ano atrás.

O governo de Geraldo Alckmin em São Paulo, por sua vez, dá continuidade ao sucateamento dos serviços públicos, como ocorreu nas gestões tucanas anteriores. A educação é um dos setores mais atingidos pelas más condições de trabalho, salários baixos e falta de infraestrutura. A situação gerou uma greve de professores em 2015 que durou mais de três meses, e agora o governo instituiu uma reorganização escolar de forma autoritária, reprovada por 60% da população. Como se sabe, o diálogo não é o ponto forte de Alckmin, mas o povo está indo às ruas reivindicar seus direitos e conta com o apoio do nosso mandato.

Aqui na capital o combate ao conservadorismo também foi difícil. Nosso mandato se destacou na defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade durante as discussões do Plano Municipal de Educação (PME), sancionado por Fernando Haddad em setembro. O projeto aprovado na Comissão de Educação, que teve relatoria de

Toninho Vespoli, foi um exemplo de construção democrática ao lado das entidades da educação, professores e sociedade civil. Mas esse texto alinhado com os anseios de quem está no dia-a-dia da sala de aula foi derrotado pela proposta do governo municipal e dos vereadores conservadores. O projeto aprovado, além de ter propostas vagas e rebaixadas sobre temas como a redução do número de alunos por turma e o aumento do financiamento da educação, retirou qualquer menção à discussão de gênero nas escolas - inclusive aí propostas que envolviam a Lei Maria da Penha - após a pressão de setores religiosos conservadores.

Também tivemos atuação em outras áreas em defesa de uma cidade democrática e popular. Conseguimos aprovar na Câmara o Bilhete Único do Desempregado. A obrigação de audiências públicas para obras com impacto urbanístico, além da lei que obriga a prefeitura a incluir alimentos orgânicos na alimentação das escolas da rede municipal. Apresentamos também mais de 20 projetos de lei só em 2015, que tratam de direitos trabalhistas de diversas categorias como os enfermeiros e os professores, da inclusão da população LGBT nas escolas, da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, entre outros temas.

Protesto contra o ajuste fiscal que ocorreu no dia 8 de novembro, em São Paulo.



PROJETOS APROVADOS

Bilhete Único do Desempregado: Haddad veta PL e cria decreto de mesmo conteúdo

No dia 10 de novembro, o prefeito publicou o decreto que cria o Bilhete Único do Desempregado. Também divulgou o veto total ao projeto de lei (PL) 842/2013, de autoria dos vereadores Toninho Vespoli e Mario Covas Neto, que havia sido aprovado na Câmara Municipal e criava o mesmo bilhete. O argumento de Haddad foi que o PL não definia formas de coibir fraudes, coisa que o decreto dele também não faz.

O principal prejuízo causado pela atitude do prefeito está no fato de que um decreto pode ser extinto a qualquer momento, bastando uma canetada dele ou de um próximo gestor, diferente do projeto de lei que precisaria de 28

votos na Câmara Municipal para ser revogado. Aliás, as alterações desejadas por Haddad poderiam ter sido feitas por decreto, sem ter de vetar o PL todo.

Além disso, o decreto concede a gratuidade da passagem apenas após o final do seguro desemprego e por apenas 90 dias. No projeto de lei o benefício poderia ser pedido a partir de um mês da rescisão contratual e valeria por até 6 meses.

De qualquer forma, nosso mandato comemora a conquista, que dará maior dignidade aos desempregados e que ajuda a consolidar a ideia do transporte como direito e não como mercadoria.

Prefeito veta audiência pública prévia para obras de grande impacto

O PL 124/2014, de autoria de Toninho Vespoli, foi vetado por Fernando Haddad em novembro. De acordo com o texto, a prefeitura ficaria obrigada a realizar audiência pública prévia à elaboração de projetos de lei que envolvessem obras com grande impacto urbanístico, em qualquer terreno com mais de 5000 m².

A proposta foi idealizada após protestos da população a projetos do Executivo que previam desapropriações, como as obras da Copa do Mundo e do Monotrilho na Av. Anhaia Melo. "Quanto antes o município souber como determinada obra afetará sua vida, mais tempo ele terá para dialogar com o poder público, se organizar e reivindicar mudanças. É uma questão de transparência e democracia. Mas parece que não são esses os princípios que Haddad pratica", criticou o vereador do PSOL.



Toninho Vespoli homenageará Frei Tito na Câmara Municipal



Em outubro a Câmara Municipal aprovou o projeto (PDL 66/2014) proposto por Toninho Vespoli, que concede o título de Cidadão Paulistano post mortem a Frei Tito. A homenagem ainda não tem data para ocorrer. "É preciso reconhecer a coragem dos que lutaram e morreram pela redemocratização do nosso país", salientou Toninho Vespoli.

Frei Tito suicidou-se em 1974 por não aguentar mais viver com as lembranças das violências que sofreu em 1969, nos porões da ditadura militar brasileira. Ele foi um dos dominicanos presos pelo torturador Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acusado de apoiar ações de resistência contra o regime.

PROJETOS PROPOSTOS

Acompanhe alguns dos principais projetos de lei apresentados pelo mandato Toninho Vespoli, dos direitos humanos, dos animais e trabalhistas. Para acompanhar todos os

Novas regras para os táxis e regulamentação de aplicativos de transporte individual

O PL 479/2015 cria regras para que serviços de transporte individual, como o oferecido pelo Uber, possam operar no município e, ao mesmo tempo, reorganiza o atual sistema de táxi, cuja legislação em vigor data de 1969 e está totalmente defasada.

Segundo Toninho Vespoli, a solução proposta visa ao interesse da sociedade no que diz respeito à mobilidade, segurança, eficiência e valor de tarifas; e dos motoristas, no que diz respeito ao acesso a alvarás e aos seus direitos trabalhistas. “Ela é simples, de fácil implementação, utiliza ferramentas já disponíveis e tem baixo custo”, salienta.

Entenda os principais pontos do projeto:

- **fim da concessão por sorteio** – tanto condutores de táxis como os de aplicativos precisarão de alvará para operar. A concessão será dada por meio de cadastro a ser realizado em uma plataforma digital operada pela prefeitura. Terá preferência de acesso a alvará quem já estiver atuando no mercado. Depois, a concessão se dará por ordem de protocolo. O alvará será pessoal e

intransferível, impedindo seu comércio e aluguel, bem como a exploração do taxista pelo taxista.

- **Ampliação do número de alvarás** – Para atender à demanda reprimida, o número de alvarás concedidos aumentará na proporção de um veículo para cada 170 habitantes. Isso significa um acréscimo de cerca de 20 mil alvarás.

- **Valores** – Os táxis permanecerão operando com taxímetros e tabela de preços. Já os aplicativos de transporte poderão manter a cobrança por algoritmo, porém, tendo o valor do táxi como teto.

- **Cadastro biométrico** – motoristas de táxi e de aplicativos deverão estar identificados, por meio de biometria, em dispositivo específico instalado no veículo para registrar o início e o término da jornada diária de trabalho, que não poderá ultrapassar 12 horas.

- **Tributação e qualificação** – motoristas de táxis e de aplicativos estarão sujeitos ao pagamento da mesma alíquota do Imposto Sobre Serviço (ISS). Ambos serão obrigados a possuir o Condutax para operar.



A solução proposta visa ao interesse da sociedade no que diz respeito à mobilidade, segurança, eficiência e valor de tarifas; e dos motoristas, no que diz respeito ao acesso a alvarás e aos seus direitos trabalhistas.

Promoção da cidadania LGBT

O PL 256/2015 transforma em lei diversas medidas do decreto do prefeito Fernando Haddad de janeiro de 2015 que criou o



Programa TransCidadania. Entre elas estão o respeito dos órgãos públicos ao nome social da pessoa, programas de distribuição de renda, de qualificação educacional e profissional, além de incentivos à inserção desta população no mercado de trabalho. “Um decreto pode ser derrubado por um próximo prefeito. Queremos garantir que esse programa, que é muito positivo, permaneça”, explicou Toninho Vespoli.

Animais em albergues de moradores de rua

O PL 254/2015 prevê espaços apropriados para a presença dos animais de estimação dentro dos abrigos. A proposta foi apresentada após a constatação de que entre os vários motivos que fazem os moradores de rua rejeitarem ajuda nos albergues está a recusa em abandonar seus cães ou gatos, que muitas vezes são sua única companhia.



lato no segundo semestre. As propostas abordam temas relativos a mobilidade, PLs de Toninho Vespoli acesse www.camara.sp.gov.br/vereador/toninho-vespoli/

POSIÇÕES

Mandato entra com duas ações de inconstitucionalidade contra a remuneração por subsídio

Em 2015 duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) foram ajuizadas pelo mandato do vereador Toninho Vespoli contra a instituição de remuneração por subsídios para categorias do funcionalismo público municipal de São Paulo. A primeira, impetrada em maio, se refere às carreiras de analistas de diversas profissões. A segunda, apresentada em novembro, trata especificamente dos servidores de nível superior da saúde. Ambas foram movidas com apoio das categorias envolvidas.

Apesar de incorporar as gratificações aos salários dos servidores, dando uma sensação inicial de aumento de rendimento, o programa de remuneração por subsídio que está sendo implementado pela prefeitura não

garante reajuste ao longo da carreira, mantendo os salários congelados e corroídos pela inflação. Além disso, elimina conquistas históricas dos funcionários públicos, como quinquênios, sexta parte e incorporação de cargo.

O PSOL é um defensor do serviço público de qualidade, e acredita que isso só é possível por meio de trabalhadores bem remunerados e com boas condições de trabalho. É necessário que a prefeitura apresente um plano de carreira que contemple todos os setores do funcionalismo público, sem perda de direitos já conquistados. Também é urgente a realização de novos concursos públicos para que se possa acabar, a longo prazo, com os contratos terceirizados.

Proteção e descanso a profissionais de enfermagem



O PL 528/2015 proíbe plantões com duração maior do que 24 horas para os profissionais de enfermagem, com pelo menos uma hora de repouso a cada seis horas trabalhadas. “A exaustão física pode ocasionar erros no atendimento de pacientes. Condições de trabalho adequadas é o mínimo para que possam trabalhar em segurança”, defende Toninho Vespoli. Medidas de proteção contra riscos biológicos, físicos, químicos e psicossociais também são listadas na proposta. O PL foi elaborado junto com membros da Comissão Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem e da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem – ANATEN.

Assédio moral e insalubridade na CET

Em novembro, nosso mandato protocolou na Câmara Municipal um pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de assédio moral e insalubridade em repartições da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Recentemente, diversos funcionários afirmaram sofrer pressão para elevarem o número de aplicação de multas, e os que não cumprem a meta estipulada pela chefia sofrem retaliações.

Também houve relatos de falta de higiene e condições adequadas de trabalho em várias repartições da Companhia.



Aumento de assessores na Câmara de SP: PSOL foi o único que não assinou o PL



Em junho a Câmara Municipal de São Paulo aprovou um projeto de lei que aumenta de 18 para 30 o número de assessores por vereador. Toninho Vespoli foi o único líder de partido que não assinou o projeto, e consequentemente foi contrário à proposta nas duas votações. Embora não tenha havido aumento de despesa com o pagamento de salários, pois cada gabinete continua com a mesma quantidade de recursos para contratar assessores, a iniciativa elevará os gastos com benefícios trabalhistas, como vale-transporte e vale-refeição. Ademais, a qualquer momento algum vereador pode apresentar um projeto mudando essa situação, alegando a necessidade de se elevar a remuneração dos novos empregados.

O vereador do PSOL se opôs desde o início ao projeto porque acredita que é possível fazer um bom trabalho com os assessores já existente. Além disso, se preocupa com a imagem do Legislativo perante a população. A Câmara Municipal já é conhecida por produzir projetos de lei em sua maioria irrelevantes, tratando de nomes de ruas e homenagens; são frequentes as derrubadas de sessões e o surgimento de denúncias de corrupção envolvendo membros da casa. Não é à toa que a população não confia na instituição. Além disso, o Brasil está vivendo um período de crise e ajuste fiscal. Ao invés de aumentar o número de assessores para ter mais cabos eleitorais nas eleições de 2016, os vereadores de São Paulo precisam mostrar ao eleitor que estão dispostos a discutir projetos importantes para o desenvolvimento da cidade e dar maior transparência aos seus atos.

Quem ganha com a Operação Urbana Tamanduateí?

A Prefeitura de São Paulo apresentou em novembro a minuta devolutiva projeto de lei que cria a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí que atingirá o Cambuci, Mooca, Ipiranga, Vila Carioca e Vila Prudente. O objetivo é requalificar a região com melhoramentos viários, da drenagem e do transporte, promoção de habitação e equipamentos, criação de parques e resgate do patrimônio histórico. Inclui ainda incentivos à indústria, logística, comércio e serviços. A proposta parece bonita no papel, mas traz insegurança à população que já vive na região, principalmente a de baixa renda. Isso porque o projeto prioriza o adensamento populacional por meio da verticalização, garantindo altos lucros às construtoras, mas não assegura a melhora da qualidade de vida dos atuais moradores, que ainda correm o risco de ser expulsos pela especulação imobiliária.

Para executar as obras de requalificação, a administração municipal pretende vender 6,5 milhões de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), títulos leiloados na Bolsa de Valores que permitem ao proprietário construir prédios com altura acima dos limites vigentes. Com isso, a prefeitura arrecadará R\$ 5,5 bilhões em 20 anos, ao mesmo tempo em que liberará 6 milhões de m² em novas construções. Dessa forma a população

da área subirá de 40 mil habitantes para 390 mil, um aumento de 975%!

Segundo a prefeitura, o adensamento busca atrair paulistanos dos extremos da cidade para uma área mais central. Mas, a proposta reserva somente 25% dos recursos para moradias populares (cerca de 20 mil unidades), numa região em que existem 24 favelas e cerca de 70% da população é de baixa renda. O projeto também não diz como, onde, nem quando essas habitações seriam feitas. Nesse sentido, os movimentos de moradia prevêm a perda de espaço para os empreendimentos de luxo e sua gradual expulsão para bairros mais distantes e precários.

A proposta da prefeitura permite ainda que Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - destinadas à

O projeto prioriza o adensamento populacional por meio da verticalização, garantindo altos lucros às construtoras, mas não assegura a melhora da qualidade de vida dos atuais moradores, que ainda correm o risco de ser expulsos pela especulação imobiliária.



construção de moradia popular - já estabelecidas pelo Plano Diretor possam ser realocadas em outros terrenos dentro do perímetro da Operação Urbana. Entretanto, o projeto não diz que áreas seriam essas e nem onde seriam realocadas, dando margem para manobras que venham a beneficiar as empreiteiras em detrimento dos movimentos de moradia.

Atualmente já faltam na região creches, postos de saúde, áreas de lazer, transporte, entre outros. Mesmo assim, a administração municipal pretende adensar os bairros em proporção muito maior do que irá investir em serviços e equipamentos públicos para atender à nova demanda que surgirá, comprometendo muito a qualidade de vida dos habitantes locais.

Diferentemente do que ocorreu em outras operações urbanas, onde a própria prefeitura administrou a Operação Urbana e a venda de Cepacs, nesse projeto pretende-se criar uma empresa para fazê-lo, dando maior liberdade de atuação no mercado e estabelecendo mais uma série de conflitos entre os objetivos finais do público (que é o bem comum) e o privado (que é a obtenção de lucro).

O projeto de lei deve chegar ao Legislativo ainda neste ano e ser votado no primeiro semestre de 2016.

Diferentemente do que ocorreu em outras operações urbanas, onde a própria prefeitura administrou a Operação Urbana e a venda de Cepacs, nesse projeto pretende-se criar uma empresa para fazê-lo, dando maior liberdade de atuação no mercado.

Audiência pública realizada em 21 de setembro na Vila Prudente. Toninho Vespóli foi o único vereador presente.



Licitação dos ônibus não prioriza usuário

No dia 15 de outubro a prefeitura divulgou a versão final do edital da licitação do transporte público na cidade de São Paulo com valores que podem chegar a R\$ 140 bilhões. Como sempre, o povo ficou alheio ao processo de construção do edital já que a própria linguagem do documento, excessivamente técnica, dificultou sobremaneira o entendimento até para especialistas da área.

O primeiro grande ponto negativo da licitação é a duração do contrato: 20 anos que podem ser prorrogados por mais 20. Nesse tempo a tecnologia avança e a cidade muda muito. Basta pensar em como era São Paulo há quatro décadas, como eram os veículos e como se dava a ocupação e uso dos espaços da cidade. Nesse sentido, dez anos seria um tempo muito mais razoável de vigência, inclusive porque não deixaria o serviço público de transporte por tanto tempo monopolizado com algumas poucas empresas. Em Londres, por exemplo, os contratos duram cinco anos, prorrogáveis por mais dois.

O segundo aspecto nocivo é o fato desse novo sistema priorizar a facilidade da operação das empresas de ônibus ao invés do conforto do usuário. Com linhas mais curtas e as transferências mais concentradas em terminais e em "pontos de conexão" em grandes avenidas, o sistema pretende, nas palavras da prefeitura, evitar sobreposições de linhas. Não importa se o usuário passará a ter de tomar quatro ônibus ao invés dos dois que ele usa atualmente, o que vale é a eficiência do sistema para o empresário.

A fórmula que resultará na remuneração das empresas é um espetáculo a parte. Em um primeiro momento são levados em conta os custos da operação, mas diversos outros fatores também entram na conta. O valor da tarifa

que será cobrado na catraca entra nos cálculos, assim como um obscuro índice de qualidade, que inclui a regularidade das viagens e o cumprimento da quantidade de viagens pré-estabelecida. Não entram outros fatores como conforto do passageiro, por exemplo. Pelo contrário, quanto mais desconfortável o passageiro viajar, mais bem remunerada será a empresa. É o que indica o último item da fórmula, a "produtividade". A empresa recebe mais da prefeitura caso consiga reduzir seu "custo por passageiro", ou seja, gastar o mesmo carregando mais gente.

Serão cerca de 1.900 ônibus a menos na cidade. A prefeitura argumenta que essa redução vai servir para liberar os corredores e fazer viagens mais rápidas, sendo que a diminuição será compensada com ônibus maiores. Mas fica a dúvida se a medida não vai lotar mais os coletivos e deixar os passageiros esperando por mais tempo nos pontos. Vale considerar ainda a possibilidade de quase dez mil postos de trabalho desaparecerem. O Sindicato dos Motoristas e Cobradores de São Paulo estuda entrar com representação no Ministério Público do Estado de São Paulo para barrar a licitação.

A taxa de lucro dos empresários, por sua vez, ficará em 9,97% ao ano. É menos do que os 18,6% que lucraram nos últimos dez anos. Apesar de um ou outro avanço pontual, essa licitação é mais do mesmo, pois mantém a lógica de se considerar o transporte público uma mercadoria.



A empresa recebe mais da prefeitura caso consiga reduzir seu "custo por passageiro", ou seja, gastar o mesmo carregando mais gente.

Quando se discute transporte público, o que está por trás é o direito à cidade de toda a população. O que se espera de uma prefeitura que se intitula progressista é um enfrentamento claro aos interesses dos grandes empresários que atuam no setor e transparência para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Não se viu nem uma, nem outra postura da gestão Haddad nessa discussão, que teve muito diálogo com o empresariado e nenhum com a população.

Em meio à crise prefeitura diminui ISS para empresas

Foram aprovados na Câmara Municipal de São Paulo, em setembro, dois projetos do Executivo que dão desconto do ISS (Imposto Sobre Serviços) a empresas. Toninho Vespoli votou contra ambos, que já foram sancionados pelo prefeito. "A prefeitura diz que não tem dinheiro e penaliza as áreas sociais. Mas, dá desconto de imposto a empresários. Ou seja, não faltam recursos, é uma questão de prioridade", criticou o vereador.

O primeiro (PL 59/2015) reduziu o imposto a empresas de vale-refeição, vales- alimentação, vales-transporte e similares. O segundo (PL 146/2015) diminuiu pela metade as alíquotas do ISS dos serviços relacionados à exploração de estandes para eventos. Além disso, perdoou multas dadas a empresas que não prestaram contas sobre uso de dinheiro público, deixando de arrecadar quase R\$ 30 milhões para os cofres municipais. Também anistiou dívidas de IPTU de

escolas de samba, estimadas em torno de R\$ 300 mil. Ainda no PL 146/2015 foi aprovado o aumento do IPTU, a partir do próximo ano, para imóveis com mais de 500 m² considerados não construídos. Segundo Vespoli, esse é o aspecto positivo do projeto, pois controla a especulação imobiliária. "É muita irresponsabilidade misturar tantos assuntos diferentes em um único projeto. Cada tema desses merecia um PL específico", lamentou Vespoli.

Câmara aprova Plano Municipal de Educação rebaixado

Após três anos de tramitação, a Câmara Municipal aprovou, em agosto, o Plano Municipal de Educação (PME), que aponta diretrizes para os próximos dez anos. Ao total foram 44 vereadores favoráveis ao documento e apenas quatro, entre eles Toninho Vespoli, que se colocaram contra. O projeto foi sancionado pelo prefeito Haddad em setembro (Lei nº 16.271/ 2015), e quase não traz avanços para a educação na cidade.

O PME foi enviado pelo poder Executivo à Câmara Municipal em 2012, dando início à sua tramitação. Em 2014 o documento chegou à Comissão de Educação, onde o vereador Toninho Vespoli foi escolhido para ser seu relator. O parlamentar do PSOL se viu obrigado a elaborar um projeto substitutivo já que o texto enviado pelo governo Kassab ignorava as propostas surgidas nas conferências Nacional e Municipal de Educação de 2010. A redação do novo Plano se deu com ampla participação social e o documento foi aprovado pela Comissão de Educação em 2014.

Mas, ao chegar à Comissão de Finanças, o projeto sofreu alterações em pontos fundamentais. O objetivo foi atender aos interesses do governo Haddad e da bancada conservadora do legislativo paulistano. O texto foi então

Para reverter a situação, Toninho Vespoli apresentou em setembro quatro projetos que recolocam metas e estratégias no PME

enviado para votação no plenário e o resultado final foi um PME muito aquém das expectativas de quem vive o dia-a-dia da educação pública na capital paulista. Para reverter a situação, Toninho Vespoli apresentou em setembro quatro projetos que recolocam metas e estratégias no PME:

PL 516/2015 – Expande o atendimento de crianças de 0 a 5 anos e fortalece a rede direta na Educação Infantil.

Expande a educação infantil a partir da rede direta, congelando os convênios já feitos. Reincorpora de forma progressiva os Centros de Educação Infantil (CEIs) da rede indireta para a administração direta da prefeitura.

PL 517/2015 – Garante a discussão de gênero nas escolas.

Cria um protocolo de registro de denúncias de casos de discriminação contra mulheres, por identidade de gênero ou orientação sexual, além de promover ações de formação



Votação do PME pela Comissão de Finanças, em julho, foi conflituosa.

da comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha e políticas públicas contra a violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar.

PL 518/2015 – Reduz efetivamente o número de alunos por sala de aula.

Reduz, em cinco anos, o número de crianças por turma em todas as faixas etárias, atingindo, por exemplo, 20 alunos por sala no ensino fundamental I e 25 alunos no fundamental II.

PL 519/2015 – Combate a sonegação e a renúncia fiscal.

Reinsere no PME a estratégia de combater de forma intransigente a sonegação e a renúncia fiscal para garantir maior arrecadação para os cofres da prefeitura e possibilitar a implementação das políticas públicas.

Mandato aciona Ministério Público contra reorganização escolar de Alckmin

Desde o início de outubro diversas manifestações e dezenas de ocupações de escolas estão sendo realizadas na cidade em oposição à proposta de reorganização escolar



do governo estadual. Ao todo 94 escolas serão fechadas e pelo menos 752 unidades serão afetadas. Pais, alunos, professores e funcionários estão indignados porque, além de não terem sido consultados, não acreditam que a ação trará soluções aos problemas que a educação pública enfrenta. Pelo contrário, turmas serão fechadas e se colocarão mais alunos em menos espaço. A medida poderá ainda gerar demissão de professores. De acordo com os protestos, o mandato do vereador Toninho Vespoli acionou o Ministério Público com uma representação contra a medida.

A reorganização consiste em dividir o atendimento das escolas em ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. A justificativa apresentada foi facilitar a

gestão das unidades e garantir melhor aproveitamento da infraestrutura dos equipamentos. Mas, na realidade, essa é uma forma de economizar com os gastos educacionais, intensificando o processo de municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, conforme já foi explicitado na proposta de Plano Estadual de Educação (PEE) apresentado pelo governo tucano.

Essa política adotada pelo governo do estado sobrecarregará todos os municípios, ente federativo com menor aporte de recursos, prejudicando o atendimento. É uma medida complexa que vai interferir na organização de milhares de alunos, sem trazer qualquer solução para os problemas estruturais que a educação pública paulista enfrenta.